

# *Con. Brasil* Nova perspectiva

\* 6 AGO 1989

*Osvaldo Peralva JORNAL DE BRASÍLIA*

O Congresso Nacional deve-  
rá indicar, em breves dias, o no-  
me do superministro da econo-  
mia, que terá a magna tarefa  
de combater a inflação. Não  
quer dizer que se haja milagro-  
samente descoberto a solução  
para um problema que vem de  
longe, de muito longe. Mas a  
fórmula responde, ao menos em  
parte, a um pensamento que se  
está tornando consensual: con-  
ter o ímpeto do processo infla-  
cionário é missão dos políticos,  
e não dos tecnocratas, que têm  
falhado desastradamente em  
seus esforços. E é preciso, so-  
bretudo, o respaldo da socieda-  
de para as medidas a serem  
adotadas.

Entre as lideranças parti-  
dárias e parlamentares tem cir-  
culado essa opinião, que foi en-  
dossada igualmente pelo presi-  
dente José Sarney em sua re-  
cente entrevista pela televisão.

Desde logo é de aplaudir o  
novo relacionamento entre os  
dois poderes da República — o

Legislativo e o Executivo —, em  
lugar do confronto existente  
até há pouco, quando o chefe do  
Governo considerava o País in-  
governável com a atual Constitui-  
ção, híbrida de parlamentar-  
ista e presidencialista, e os  
parlamentares derrotavam me-  
didas provisórias do Planalto,  
acusando-se de impositivas e  
sem as necessárias e prévias  
negociações.

Assim, a melhoria de rela-  
ções é um dado positivo. Isso  
não assegura, entretanto, a cre-  
dibilidade indispensável para  
que as providências antiinfla-  
cionárias tenham êxito. Acon-  
tece que a imagem do Legislativo  
se acha tão desgastada  
quanto ao do Executivo, e a ver-  
dade é que as esperanças da so-  
ciedade se voltam agora para os  
resultados do pleito eleitoral de  
15 de novembro.

Mas, nem tudo está perdi-  
do. Se a escolha do superminis-  
tro recair numa personalidade  
que goze de confiança pública, e

se contar com o apoio efetivo  
dos dois poderes, o objetivo  
principal há de ser atingido —  
isto é, o de evitar um agravamen-  
to da inflação, o que tam-  
bém significa evitar o agravamen-  
to das condições de vida  
das populações mais carentes.  
Em suma, evitar explosões so-  
ciais capazes de perturbar a  
marcha da campanha eleitoral.

O objetivo mais ambicioso  
será o de reduzir, mês a mês, as  
taxas inflacionárias — missão  
tanto mais difícil de ser cum-  
prida porque implicará sacrifí-  
cios impostos a uma sociedade  
já penalizada em suas camadas  
pobres e médias inferiores. E as  
preocupações eleitorais não de-  
verão interferir, inevitável e fatal-  
mente, na conduta dos que vão  
votar e, portanto, decidir o grau  
de sacrifícios a impor.

Apesar de tudo, a iniciativa  
é válida. Com esse entrosamen-  
to entre o Palácio do Planalto e  
o Palácio do Congresso, melho-  
ram as perspectivas.